

Palavras da **BASTONÁRIA**  
**DR.<sup>a</sup> MARIA DE JESUS SERRA LOPES**  
na sessão comemorativa do  
**I DIA NACIONAL DO ADVOGADO**  
19 de Maio de 1992

No dia de São Ivo, Padroeiro dos Advogados, data que escolhemos para celebrar o Dia Nacional do Advogado — duas palavras, apenas, vos queria dizer.

A primeira para lembrar que no *mundo novo* em que somos chamados a viver, é cada vez maior a nossa responsabilidade como Advogados.

Numa *perspectiva individual* — Advogado-Cliente — somos os *Instrumentos da Liberdade dos Outros*.

Nas nossas mãos — não me cansarei de o dizer — as pessoas depositam a defesa da sua Honra, da sua Liberdade, dos seus Bens.

E importa que essa confiança não seja ludibriada.

Por isso, temos que ser cada vez mais *competentes*, mais *rigorosos*, mais *exigentes* com nós próprios.

Há, porém, uma outra perspectiva, esta de *responsabilidade colectiva*, entre o *Advogado* e o *Estado de Direito*.

Aí, também, teremos muito a dizer.

Contribuir para a efectiva construção do Estado de Direito, colaborar na criação do Direito Justo e na definição dos Equilíbrios que governarão o Mundo, é para nós

**uma Obrigação Histórica**

Que tipo de Direito será o do futuro?

— O Direito ao serviço da classe dominante?

ou

— O Direito «Justo»?

E o que é o Direito Justo? O Direito Equilibrado?

Nas regras jurídicas há muito a refazer. Diria que há tudo a refazer.

*O contratos de modelos* que existia no mundo, desapareceu.

E o modelo, que era o nosso, está ameaçado por novos ventos.

A *vitória do Estado de Direito* leva-nos a *reflectir* sobre o que fizemos, para o melhorar, do mesmo passo que *aumentam a nossa responsabilidade*.

É que,

— *As regras da competitividade estão definidas,*

— *Mas as regras dos equilíbrios políticos* estão por fazer.

Logo, a responsabilidade dos juristas é maior, porque do seu talento depende a definição e estabelecimento de tais regras.

Falando de nós, de nós Advogados, diria que é enorme a nossa responsabilidade.

*Os Advogados têm um compromisso com o Direito, com a Verdade, com a Defesa dos Direitos Humanos.*

Por isso a nossa voz se há-de erguer cada vez que for necessário defender, quer o direito dos nossos irmãos de Timor Leste «à expressão livre da sua vontade política» — na feliz frase do Senhor Presidente da República, nosso Colega Dr. Mário Soares, no sexto volume das suas «Intervenções» — quer *o direito dos Portugueses à Justiça*, o direito a que Justiça lhes seja feita *em tempo justo e com custos justos*.

Para o defender advogámos o «Direito de Indignação» e advogaremos, quando necessário, o *Direito de Ingerência*.

Tem sido uma constante no nosso discurso, que a Justiça é tão ou mais importante do que a Saúde. E os recentes acontecimentos nos Estados Unidos aí estão para o provar.

Vimos um país a «arder» porque Justiça não terá sido feita. Vimos um país a «arder» porque, da decisão de um Tribunal, os pobres, os fracos, os desprotegidos não viram a sua defesa emergir.

Não foram só os negros que se insurgiram. Foram também os mulatos e os brancos que, na bela e tenebrosa expressão de alguém que assistiu «irromperam num terrível arco-íris de revolta».

Os negros, mulatos e brancos que, anos a fio, aceitaram viver em *ghetos*, aceitaram condições degradantes, sofreram uma igualdade que não ia além das palavras porque a realidade a desmentia, esses mesmos negros, mulatos e brancos não aceitaram ser injustiçados.

Quantas vezes, nos hospitais, terão sido vítimas de tratamento desigual? Quantas vezes terão sido discriminados, negligenciados, maltratados? Mas não foi isso que os fez erguer. Não foi uma perna amputada, não foi uma morte que, talvez, pudesse ter sido evitada. Foi a *injustiça*. Isso os armou. Isso os fez lançar fogo ao seu próprio país.

É que a *Justiça há-de se o valor primeiro, sem o qual não há sociedade civilizada*. E a injustiça — tal como a fé, mas em sentido negativo — pode mover montanhas.

Por isso reagimos ao apercebermo-nos de que, *sem estudos que o pudessem justificar, sem consultas, sem avisos*, havia sido decidido *duplicar* o Imposto que o Cidadão há-de pagar para ter acesso à Justiça.

Como explicar, *por exemplo*, à população do Seixal — cujo Juiz, com razão preocupado, envia ao Conselho Superior de Magistratura e à Ordem dos Advogados os seus despachos de adiamento, já que, nas condições em que está a trabalhar, mais não pode fazer do que julgamentos de réus presos — como explicar, dizíamos, que deva pagar Imposto *dobrado* — para além das elevadas Custas Judiciais — quem, nessa Comarca, necessite recorrer a Juízo para ter o seu direito assegurado e veja o seu Processo ser objecto de um despacho que o manda *aguardar até depois das férias judiciais de Verão de 1993* e ser, então, Concluso para eventual marcação de Julgamento?

E que dizer da *supressão*, pura e simples — *silenciosa e encapotada* — das *Isonções* constantes do Dec.-Lei n.º 290/88?

Será que alguém a quis, ou terá havido mera «distração»?

Tal como os pobres dos Estados Unidos — os pobres têm uma alma grande, sofredora e compadecida — poderíamos compreender que erro tivesse havido. O que não compreendemos — nem aceitamos — é que o erro não seja imediatamente reparado e se pretenda «resolvê-lo» à custa do mais fraco. E isso passando por cima dos princípios informadores de um código tributário.

Se a Protecção Jurídica — Apoio Judiciário e Consulta Jurídica — não continuar isenta de IVA, como o era até aqui, o *contribuinte económico desse IVA é o Estado*. Isto resulta da lei. E não há discursos, despachos ou cartas que o possam modificar.

É preciso que os Governantes — neste particular domínio, muito especialmente — não percam a *legitimidade moral*. Isso poderia pôr a Justiça a «arder».

Hoje mesmo, Dia do Advogado, simbolicamente portanto, fizemos entrega, ao Senhor Presidente da Assembleia da República, de uma Petição, assinada por muito *mais de mil Advogados* e elaborada de acordo com a Lei n.º 43/90 de 10 de Agosto, que consagra o Direito de Petição, solicitando que o tema das *Isonções de I.V.A.*, —silenciosa e encapotadamente suprimidas, como referimos — seja apreciado e as mesmas sejam *restauradas*, para defesa dos Direitos e Garantias dos Cidadãos, do Estado de Direito e do Acesso ao Direito.

E no dia em que o Plenário da Assembleia da República debater a Petição hoje apresentada, iremos todos assistir, iremos à Assembleia que é de *todos* os Portugueses e onde *todos* os Portugueses estão representados, assistir ao debate de uma Petição, que é dos Advogados de todo o País e em que se encontram representadas todas as Delegações, numa *demonstração viva* de que, como afirma o *Foro de Lisboa* — publicação do Conselho Distrital de Lisboa, ontem distribuída — A ORDEM PASSA PELAS DELEGAÇÕES.

Uma palavra, mais, apenas, e esta para os Advogados que são hoje homenageados por haverem exercido de forma irrepreensível, durante mais de cinquenta anos, esta nobre mas tão difícil profissão.

Todos foram nossos Mestres, todos se dedicaram à Justiça, ao País, à Ordem, aos Clientes, esquecidos de si próprios.

Por eles passou esta *Corrente de Liberdade* que faz com que um Advogado, onde quer que se encontre, seja um Ser Livre, um Instrumento da Liberdade dos Outros, um Servidor da Liberdade, como tão bem disse hoje o Senhor Padre Melícias.

Aos Bastonários que nos precederam e nos apontaram o caminho — todos aqui presentes à excepção do Prof. Adelino da Palma Carlos e do Dr. A. Almeida Ribeiro que, por razões de

doença e com muita mágoa aqui não podem estar, agradecemos a Competência, Dedicção, Sentido de Liberdade e de Justiça com que serviram esta comum causa, e o exemplo que nos legaram.

A todos os Colegas que hoje distinguimos, queremos, em nosso nome e no nome dos mais novos, agradecer o exemplo que nos deram e agradecer, muito especialmente, o terem aceitado estar hoje aqui, o terem aceitado dar-nos a honra de conosco partilhar o mérito que é seu.

Ao Senhor Presidente da República, nosso Colega e Amigo de todas as horas — boas e más — agradecemos a honra que, uma vez mais, nos dá, vindo a esta *sua* casa e atribuindo à nossa Ordem — à sua Ordem — a condecoração que mais apeteçada nos podia ser — a *Ordem da Liberdade* — essa Liberdade que é, para os Advogados, o pão nosso de cada dia. O alimento diário sem o qual perceríamos. A preocupação quotidiana que nos leva a ter sempre presente que

«*Vigilia Pretium Libertatis*»

*A Vigilância é o Preço da Liberdade*